

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 15.

A evolução das tecnologias de informação, aliada à crescente capacidade de coleta e armazenamento de dados, intensificou os debates sobre a posse e o uso ético dessas informações. A dicotomia entre as esferas pública e privada mostra-se cada vez mais complexa e desafiadora, especialmente no contexto digital. Entretanto, considerar que dados de fácil acesso, como registros pessoais de usuários nas redes sociais, são informações públicas que podem ser utilizadas sem autorização e consentimento é uma interpretação equivocada e descontextualizada.

A separação entre o público e o privado tornou-se um dos principais debates éticos e políticos dos séculos XX e XXI. A construção e a aplicação dessa dualidade foram cruciais para as estruturas econômicas capitalistas e para a consolidação do ideal liberal da democracia burguesa nesse período. Todavia, na contemporaneidade, o rápido desenvolvimento tecnológico, especialmente no que tange à capacidade de registrar, armazenar e acessar informações, originou novos desafios sociais relacionados à posse e ao uso de dados. Com isso, o conflito entre o bem coletivo e o individual tem ocupado lugar central nas discussões das Ciências Humanas.

A filósofa Hannah Arendt, em sua obra *A Condição Humana*, fez uma análise do conceito de público no âmbito da política e da ética. Ela considerou o público como um espaço compartilhado onde os humanos se reúnem para interagir e construir uma realidade social, sustentada na pluralidade de perspectivas e pela busca de um entendimento mútuo. Nesse ínterim, o público contrapõe-se ao privado, que pertence ao espaço da necessidade (biológica, laboral e familiar) e da intimidade (espaço seguro para o amadurecimento emocional e das relações autênticas, garantidor da privacidade e da liberdade).

Nos campos da Ética, o público é aquilo que diz respeito ao interesse do coletivo em detrimento dos interesses pessoais. Todavia, com o surgimento da Internet, e em especial das redes sociais, passou-se a entender por público aquilo que pode ser divulgado sobre uma pessoa. Logo publicar textos, fotos, áudios e vídeos nas redes sociais significa que qualquer pessoa, com acesso ao site ou à rede social, pode visualizar essas informações em um local específico. Entretanto, o acesso público à informação não significa que o usuário as cede para usos alheios a seu conhecimento e a sua autorização.

Meucci, A. **Dados públicos e ética na pesquisa:**
um ensaio sobre a privacidade contextual.
Internet: <doi.org> (com adaptações).

QUESTÃO 1



A respeito da tese e das ideias defendidas no texto, infere-se que

- (A) a barreira entre o público e o privado foi rompida, uma vez que o conceito de público passou a corresponder ao que pode ser visto por muitas pessoas.
- (B) a modernidade digital criou novos desafios sociais, porque o fácil acesso às informações não significa que elas estejam liberadas para uso irrestrito.
- (C) informações publicadas em redes sociais são públicas e, portanto, podem ser utilizadas livremente por qualquer pessoa.
- (D) privacidade significa segredo absoluto e, dessa forma, compreende-se que informações privadas nunca podem ser compartilhadas.
- (E) o uso de redes sociais é nocivo e, por essa razão, recomenda-se que não sejam compartilhadas informações pessoais na Internet.

QUESTÃO 2



No que concerne aos recursos linguísticos e às estratégias argumentativas, o texto emprega

- (A) refutação de uma ideia equivocada, rejeitando a interpretação de que dados acessíveis publicamente podem ser utilizados sem autorização.
- (B) relação de causa e consequência, ao mostrar que a convergência entre o público e o privado decorre dos ideais liberais da democracia do século XIX.
- (C) exemplificação concreta, com a menção à ocorrência de vazamento de registros pessoais e de dados sensíveis por plataformas digitais e redes sociais.
- (D) generalização da ideia de consentimento de uso de dados, abordando questões legais, científicas, jornalísticas ou de interesse público.
- (E) contextualização histórica, reforçando o capitalismo como modelo de construção ética a respeito da separação entre público e privado.

QUESTÃO 3



O autor recorre à filósofa Hannah Arendt para discutir os conceitos de público e privado. Considerando essa informação, bem como o desenvolvimento argumentativo do texto, é correto afirmar que a principal função dessa referência é

- (A) demonstrar que a filósofa defendia a regulamentação das redes sociais e o controle do uso de dados digitais.
- (B) comprovar que a oposição entre público e privado perdeu completamente a sua validade após o surgimento das tecnologias digitais.
- (C) evidenciar que a Internet ampliou o espaço público descrito por Arendt, eliminando a necessidade de distinção entre interesse coletivo e interesse individual.
- (D) sustentar que os conteúdos publicados em redes sociais e em outras plataformas digitais pertencem ao domínio coletivo e, por isso, podem ser utilizados livremente por terceiros.
- (E) apresentar uma fundamentação conceitual para problematizar a compreensão contemporânea de que toda informação acessível na Internet é necessariamente pública.

QUESTÃO 4



O excerto foi extraído de um ensaio acadêmico sobre ética na pesquisa. A partir dessa informação, é correto afirmar que há características desse gênero nesse texto, sobretudo, porque ele apresenta

- (A) marcas de pessoalidade, ao abordar questões acerca da privacidade.
- (B) linguagem técnica, restrita às áreas de conhecimento citadas no texto.
- (C) referência teórica explícita, por meio da citação de Hannah Arendt.
- (D) frases longas e encadeadas que impossibilitam a acessibilidade da leitura.
- (E) vocabulário abstrato e figurativo, sobretudo, na exemplificação da oposição de ideias.

QUESTÃO 5



No trecho “A evolução das tecnologias de informação, aliada à crescente capacidade de coleta e armazenamento de dados, intensificou os debates sobre a posse e o uso ético dessas informações.”, a forma verbal “intensificou” recebe a mesma classificação sintática que a forma verbal

- (A) “foram”, em “A construção e a aplicação dessa dualidade foram cruciais para as estruturas econômicas capitalistas”.
- (B) “originou”, em “na contemporaneidade, o rápido desenvolvimento tecnológico, especialmente no que tange à capacidade de registrar, armazenar e acessar informações, originou novos desafios sociais relacionados à posse e ao uso de dados”.
- (C) “reúnem”, em “onde os humanos se reúnem para interagir e construir uma realidade social”.
- (D) “é”, em “o público é aquilo que diz respeito ao interesse do coletivo”.
- (E) “contrapõe”, em “Nesse ínterim, o público contrapõe-se ao privado”.

QUESTÃO 6



Considerando os aspectos linguísticos do texto, assinale a opção que apresenta a análise correta em relação ao período “A filósofa Hannah Arendt, em sua obra A Condição Humana, fez uma análise do conceito de público no âmbito da política e da ética.”.

- (A) O trecho “em sua obra A Condição Humana” está isolado por vírgulas por ser classificado como oração explicativa.
- (B) O termo “Hannah Arendt” exerce duas funções sintáticas: a de núcleo do sujeito e a de aposto exemplificativo.
- (C) O trecho “no âmbito da política e da ética” não está isolado por vírgula por se tratar de aposto especificativo.
- (D) O período apresenta um adjunto adverbial deslocado, o que justifica o uso da vírgula.
- (E) O período apresenta dois apostos: um aposto especificativo (“Hannah Arendt”) e um aposto exemplificativo (“em sua obra A Condição Humana”).

QUESTÃO 7



No trecho “são informações públicas que podem ser utilizadas sem autorização e consentimento é uma interpretação equivocada e descontextualizada.”, o elemento “que” pode ser substituído, mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, por

- (A) a qual.
- (B) à qual.
- (C) as quais.
- (D) às quais.
- (E) ao qual.

QUESTÃO 8



No trecho “A evolução das tecnologias de informação, aliada à crescente capacidade de coleta e armazenamento de dados,”, o uso da crase

- (A) é facultativo, assim como em “passou-se a entender por público aquilo que pode ser divulgado sobre uma pessoa”.
- (B) é facultativo, assim como em “não significa que o usuário as cede para usos alheios”.
- (C) é proibido, assim como em “no que tange à capacidade de registrar”.
- (D) é obrigatório, assim como em “o acesso público à informação”.
- (E) é obrigatório, assim como em “usos alheios a seu conhecimento e a sua autorização”.

QUESTÃO 9



Em relação ao uso do pronome no trecho “significa que o usuário as cede”, assinale a opção correta.

- (A) O termo “as” é classificado como pronome pessoal e está anteposto ao verbo por ocorrer em uma oração subordinada.
- (B) O termo “as” é um pronome relativo que retoma o termo imediatamente anterior a ele.
- (C) O termo “as” é um pronome oblíquo e, por isso, poderia ser substituído por “lhes”, sem prejuízo gramatical, nem alteração de sentido.
- (D) O termo “que” é um pronome relativo que retoma “informação”.
- (E) O termo “que” é um pronome relativo que introduz uma oração adjetiva.

QUESTÃO 10



Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência do texto caso fosse inserida uma vírgula imediatamente após o termo

- (A) “públicas”, em “são informações públicas que podem ser utilizadas sem autorização e consentimento é uma interpretação equivocada e descontextualizada.”.
- (B) “privado”, em “A separação entre o público e o privado tornou-se um dos principais debates éticos e políticos dos séculos XX e XXI.”.
- (C) “aquilo”, em “o público é aquilo que diz respeito ao interesse do coletivo em detrimento dos interesses pessoais.”.
- (D) “individual”, em “o conflito entre o bem coletivo e o individual tem ocupado lugar central nas discussões das Ciências Humanas.”.
- (E) “Logo”, em “Logo publicar textos, fotos, áudios e vídeos nas redes sociais significa que qualquer pessoa, com acesso ao site ou à rede social, pode visualizar essas informações em um local específico.”.

QUESTÃO 11



Quanto ao emprego dos verbos e às relações de concordância verbal e nominal, assinale a opção correta.

- (A) No trecho “o conflito entre o bem coletivo e o individual tem ocupado lugar central nas discussões das Ciências Humanas.”, a forma verbal “tem” deveria ser acentuada a fim de concordar com o sujeito composto.
- (B) No trecho “Ela considerou o público como um espaço compartilhado onde os humanos se reúnem para interagir e construir uma realidade social, sustentada na pluralidade de perspectivas e pela busca de um entendimento mútuo.”, o termo “sustentada” concorda com o pronome “ela”.
- (C) No trecho “considerar que dados de fácil acesso, como registros pessoais de usuários nas redes sociais, são informações públicas que podem ser utilizadas sem autorização e consentimento é uma interpretação equivocada e descontextualizada.”, o termo “utilizadas” concorda com “redes sociais”.
- (D) No trecho “A dicotomia entre as esferas pública e privada mostra-se cada vez mais complexa e desafiadora”, os termos “complexa” e “desafiadora” deveriam estar no plural a fim de concordar com “esferas públicas”, a quem se refere.
- (E) No trecho “Entretanto, considerar que dados de fácil acesso, como registros pessoais de usuários nas redes sociais, são informações públicas que podem ser utilizadas sem autorização e consentimento é uma interpretação equivocada e descontextualizada.”, a forma verbal “é” encontra-se no singular por concordar com sujeito oracional.

QUESTÃO 12



A respeito das relações sintáticas do texto, assinale a opção correta.

- (A) No trecho “A dicotomia entre as esferas pública e privada mostra-se cada vez mais complexa e desafiadora”, as palavras “complexa” e “desafiadora” cumprem, ambas, a função sintática de predicativo do sujeito.
- (B) A partícula “se”, no trecho “mostra-se cada vez mais complexa e desafiadora”, tem a função sintática de objeto indireto do verbo mostrar.
- (C) Nos trechos “que podem ser utilizadas” e “especialmente no que tange à capacidade de registrar”, ambas as ocorrências da palavra “que” exercem função sintática de sujeito.
- (D) No trecho “o público é aquilo que diz respeito ao interesse do coletivo”, a palavra “que” introduz uma oração subordinada substantiva subjetiva.
- (E) No trecho “Entretanto, o acesso público à informação não significa que o usuário as cede para usos alheios a seu conhecimento e a sua autorização.”, os termos “a seu conhecimento” e “a sua autorização” exercem função de objeto indireto do verbo ceder.

QUESTÃO 13



A coerência e a coesão do texto seriam mantidas, caso a conjunção “todavia”, em “Todavia, com o surgimento da Internet, e em especial das redes sociais, passou-se a entender por público aquilo que pode ser divulgado sobre uma pessoa”, fosse substituída por

- (A) **porquanto.**
- (B) **não obstante.**
- (C) **destarte.**
- (D) **outrossim.**
- (E) **ademaís.**

QUESTÃO 14



Assinale a opção cuja proposta de reescrita da oração “A filósofa Hannah Arendt, em sua obra A Condição Humana, fez uma análise do conceito de público no âmbito da política e da ética.” mantém a correção gramatical e o sentido original do texto.

- (A) **O conceito de público no âmbito da política e da ética será analisado pela filósofa Hannah Arendt, em sua obra A Condição Humana.**
- (B) **Em sua obra A Condição Humana, a filósofa Hannah Arendt, analisou o conceito de público no âmbito da política e da ética.**
- (C) **No âmbito da política e da ética, o conceito de público foi analisado pela filósofa Hannah Arendt, em sua obra A Condição Humana.**
- (D) **Analisou-se o conceito de público no âmbito da política e da ética em sua obra A Condição Humana.**
- (E) **Na obra A Condição Humana, analisaram-se conceito de público no âmbito da política e da ética.**

QUESTÃO 15



Assinale a opção que apresenta a proposta correta de reescrita para o trecho “Ela considerou o público como um espaço compartilhado onde os humanos se reúnem para interagir e construir uma realidade social, sustentada na pluralidade de perspectivas e pela busca de um entendimento mútuo.”, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto.

- (A) **Como um espaço compartilhado, em que os humanos reúnem-se para interagir e construir uma realidade social, sustentada pela busca de um entendimento mútuo e pela pluralidade de perspectivas, ela concebeu o público.**
- (B) **O público foi considerado por ela um espaço coletivo em que os seres humanos se reúnem para interagir e construir uma realidade social, da qual se sustenta na pluralidade de perspectivas e na busca de uma compreensão mútua.**
- (C) **Sustentada pela pluralidade de perspectivas e pela busca de um entendimento mútuo a realidade social é construída por humanos em um espaço compartilhado no qual eles se reúnem para interagir, espaço esse que Hannah Arendt considerou como público.**
- (D) **Ela considerou o público como um espaço compartilhado, no interior do qual os humanos interagem e constroem uma realidade social, que se sustenta na pluralidade de perspectivas e na busca de um entendimento mútuo.**
- (E) **Ela considerou o público como um espaço compartilhado em que os humanos se reúnem para interagir, construir uma realidade social e buscar um entendimento mútuo.**

QUESTÃO 16



Em um condomínio, 12 moradores estavam disponíveis para compor uma comissão que participaria de uma reunião na qual se discutiriam melhorias no prédio. Nesse contexto, seriam escolhidos 4 moradores para essa comissão.

Com base nessa situação hipotética e sabendo-se que Poliana e Simone não aceitariam participar juntas, assinale a opção que apresenta corretamente o número de comissões distintas que podem ser formadas.

- (A) 405
- (B) 450
- (C) 495
- (D) 540
- (E) 585

QUESTÃO 17



Um ninja desejava invadir um templo. Para isso, ele poderia escolher entre 3 passagens secretas para entrar no pátio, depois entre 4 corredores para chegar ao salão principal e, por fim, entre 5 escadas para alcançar a torre central.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente o número de maneiras diferentes de o ninja entrar no templo e chegar à torre central.

- (A) 24
- (B) 36
- (C) 48
- (D) 60
- (E) 72

QUESTÃO 18



Gael pensou em um número inteiro de 3 algarismos. Ao multiplicar esse número por 9, ele obteve um resultado terminado em 548.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente a soma dos algarismos do número pensado por Gael.

- (A) 10
- (B) 11
- (C) 12
- (D) 13
- (E) 14

QUESTÃO 19



Durante uma aula, os alunos perguntaram a idade da professora Sarita. Enigmática, ela respondeu: “O triplo da idade que eu tinha há 5 anos é igual ao dobro da idade que terei daqui a 10 anos, acrescido de 32”.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente a idade atual da professora Sarita.

- (A) 51 anos
- (B) 55 anos
- (C) 59 anos
- (D) 63 anos
- (E) 67 anos

QUESTÃO 20



Um barco de passeio pode transportar 10 adultos ou 15 crianças, mantendo o mesmo limite de carga. Em uma viagem, o barco já levará 6 adultos.

Em consonância com essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente o maior número de crianças que ainda poderá ser transportado nessa viagem.

- (A) 4
- (B) 5
- (C) 6
- (D) 7
- (E) 8

QUESTÃO 21



Cláudia, Marcos e Paula vão disputar uma maratona. A probabilidade de Cláudia concluir a prova é de 80%, a de Paula é de 70% e a de Marcos é de 60%.

Considerando essa situação hipotética e que esses eventos sejam independentes, assinale a opção que apresenta corretamente a probabilidade de nenhum dos 3 concluir a maratona.

- (A) 1,8%
- (B) 2,4%
- (C) 4,8%
- (D) 7,2%
- (E) 12%

QUESTÃO 22



Augusta fez um bolo em formato cilíndrico, com 10 cm de raio e 6 cm de altura. Para decorar o bolo, foi feito um furo cilíndrico central, com 5 cm de raio e a mesma altura do bolo. Depois disso, o bolo foi dividido em 9 pedaços iguais.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente o volume de cada pedaço.

- (A) $50\pi \text{ cm}^3$
- (B) $75\pi \text{ cm}^3$
- (C) $100\pi \text{ cm}^3$
- (D) $150\pi \text{ cm}^3$
- (E) $200\pi \text{ cm}^3$

QUESTÃO 23



O consumo mensal de água na casa de Dalila é de $18,5 \text{ m}^3$.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente a quantidade de litros de água consumida em um ano, sabendo-se que o consumo apresentado fora mantido.

- (A) 18.500 L
- (B) 22.200 L
- (C) 185.000 L
- (D) 222.000 L
- (E) 2.220.000 L

QUESTÃO 24



Assinale a opção que apresenta corretamente a negação da proposição “Nenhum brasileiro torce para a seleção argentina”.

- (A) Todos os brasileiros torcem para a seleção argentina.
- (B) Nenhum brasileiro deixa de torcer para a seleção argentina.
- (C) Todo argentino torce para a seleção brasileira.
- (D) Existe brasileiro que não torce para a seleção argentina.
- (E) Pelo menos um brasileiro torce para a seleção argentina.

QUESTÃO 25



Em uma cesta de frutas, algumas frutas são maçãs e algumas são verdes. Sabe-se que: ao serem retiradas todas as maçãs, restam 18 frutas; ao serem retiradas todas as frutas verdes, restam 21 frutas; ao serem retiradas todas as frutas que não são maçãs, restam 14 frutas; e, ao serem retiradas apenas as maçãs verdes, restam 29 frutas.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente o número de maçãs verdes contidas nessa cesta.

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26



Quanto à classificação das constituições, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerada sob os critérios de origem, forma, estabilidade e extensão, é classificada como

- (A) consuetudinária, instrumental, flexível e sintética.
- (B) outorgada, escrita, semirrígida e analítica.
- (C) promulgada, escrita, rígida e analítica.
- (D) promulgada, codificada, rígida e concisa.
- (E) promulgada, escrita, flexível e analítica.

QUESTÃO 27



Acerca dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 e de sua interpretação, assinale a opção correta.

- (A) A concessão de asilo político é ato discricionário.
- (B) São cláusulas pétreas a forma federativa de Estado, a República e o Parlamentarismo.
- (C) A prevalência dos direitos humanos é fundamento da República.
- (D) A soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são objetivos fundamentais da República.
- (E) São Poderes da República, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

QUESTÃO 28



Um servidor público estável foi alvo de matéria jornalística que reproduziu, sem deturpação, fatos verídicos obtidos lícitamente acerca de processo administrativo de que fora parte cinco anos antes. Inconformado, pretendia tutela judicial para obstar a divulgação desses fatos na imprensa, invocando a passagem do tempo.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) A pretensão encontra amparo no chamado direito ao esquecimento, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como decorrência da dignidade da pessoa humana.
- (B) O direito ao esquecimento, embora não previsto na Constituição Federal de 1988, foi consagrado pelo STF com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- (C) A veiculação somente seria lícita mediante prévia autorização judicial, dada a natureza dos fatos.
- (D) O direito ao esquecimento equivale ao direito à desindexação, ambos reconhecidos com a mesma extensão pelo STF.
- (E) É incompatível com a Constituição Federal de 1988 a ideia de um direito ao esquecimento que obste a divulgação de fatos verídicos e lícitamente obtidos.

QUESTÃO 29



Acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro e da repartição constitucional de competências, assinale a opção correta.

- (A) Compete privativamente aos municípios legislar sobre direito processual e direito urbanístico.
- (B) Inexistindo lei federal sobre normas gerais em matéria concorrente, os estados exercem competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades.
- (C) A competência da União para legislar sobre normas gerais, em matéria de competência concorrente, exclui a competência suplementar dos estados.
- (D) Os municípios não podem suplementar a legislação federal e a estadual.
- (E) A competência para autorizar o comércio de material bélico é comum.

QUESTÃO 30



No que diz respeito ao Poder Legislativo e ao processo legislativo, assinale a opção correta.

- (A) As medidas provisórias podem disciplinar matéria reservada à lei complementar, desde que haja relevância e urgência.
- (B) O veto presidencial ao projeto de lei só pode ser superado por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) Compete ao presidente da República sancionar ou vetar projetos de emenda à Constituição.
- (D) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil.
- (E) As leis delegadas são elaboradas por qualquer assembleia legislativa desde que requerida pelo presidente da República.

QUESTÃO 31



Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- (A) A representação judicial e a consultoria jurídica das unidades federadas competem ao Ministério Público estadual.
- (B) Promotores públicos municipais não podem exercer a advocacia.
- (C) A nomeação do procurador-geral da República é realizada após a aprovação pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, sendo permitida a recondução.
- (D) A destituição dos procuradores-gerais nos estados é inadmissível.
- (E) É vedado à defensoria pública propor ação civil pública visando à tutela de direitos difusos ou coletivos, ainda que de pessoas necessitadas, sendo prerrogativa do Parquet.

QUESTÃO 32



Acerca das regras aplicáveis aos conselhos de fiscalização profissional, assinale a opção correta.

- (A) Os diretores desses órgãos são nomeados pelo presidente da República.
- (B) Eles são autarquias estaduais, sujeitas à fiscalização pelos tribunais de contas do respectivo estado-membro.
- (C) Os conselhos de fiscalização profissional possuem natureza de autarquias federais e devem realizar concurso público e licitações.
- (D) A execução para o pagamento das anuidades devidas pelos profissionais sujeita-se ao rito de ação de cobrança.
- (E) Embora fiscalizem o exercício profissional, as autarquias não possuem poder de polícia.

QUESTÃO 33



Quanto aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- (A) A revogação atua sobre ato ilegal e produz efeitos retroativos.
- (B) A convalidação possui efeitos *ex tunc*.
- (C) A anulação recai sobre ato inconveniente.
- (D) O Poder Judiciário não pratica atos administrativos.
- (E) A prática do ato de convalidação é vinculada.

QUESTÃO 34



O Conselho Regional de Química da 5ª Região (CRQ-V) realizou licitação para a contratação de serviços de limpeza para sua sede. Durante a fase de habilitação do certame, porém, foi constatado que uma das empresas licitantes apresentou atestado de capacidade técnica falso.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, conforme a Lei nº 14.133/2021.

- (A) A modalidade da licitação é, obrigatoriamente, a concorrência.
- (B) É imprescindível que a fase de habilitação suceda a fase de lances.
- (C) É ilícito exigir a apresentação de profissional, devidamente registrado em conselho profissional competente.
- (D) Decidida a inabilitação, a licitante deverá manifestar a intenção de recorrer imediatamente, sob pena de preclusão.
- (E) A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar não é cabível no caso.

QUESTÃO 35



Considerando as modalidades de licitações estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta.

- (A) A nova Lei de Licitações manteve a modalidade de tomada de preços.
- (B) O leilão é a modalidade adequada para a contratação de serviços comuns de engenharia.
- (C) A combinação de modalidades é admitida, desde que seja prevista em edital.
- (D) O concurso é a modalidade licitatória para os provimentos de cargos de empregos públicos.
- (E) Os bens inservíveis devem ser alienados por meio de leilão.

QUESTÃO 36



A contratação direta ocupa posição singular nas compras governamentais, gerando tensões entre o dever de eficiência e a necessidade não apenas de controle, mas de se assegurar o privilégio à competitividade, princípio expresso na Lei nº 14.133/2021. Com base nessa informação, assinale a opção correta.

- (A) A dispensa de licitação ocorre quando há inviabilidade jurídica de competição.
- (B) A inexigibilidade de licitação é adequada à contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada.
- (C) O rol de hipóteses de inexigibilidade é taxativo.
- (D) A licitação deserta autoriza a dispensa de licitação, desde que tenha havido, ao menos, uma repetição do certame.
- (E) A inexigibilidade aplica-se às contratações de pequeno valor, abaixo dos limites legais.

QUESTÃO 37



Acerca das cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- (A) A Administração pode alterar e rescindir unilateralmente os contratos, sendo o seu dever a fiscalização da execução e a aplicação de sanções.
- (B) No novo regime de licitações e contratos, é inadmissível a alteração unilateral do contrato administrativo.
- (C) O contratado pode suspender a execução do contrato administrativo diante de atraso de pagamento de uma fatura ou de uma nota fiscal.
- (D) As alterações unilaterais quantitativas não se sujeitam aos limites legais de acréscimo ou supressão.
- (E) A exceção do contrato não cumprido tem aplicação idêntica à civilista nos contratos administrativos.

QUESTÃO 38



À luz das regras acerca das sanções, determinadas pela Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta.

- (A) O impedimento de licitar e contratar impede o sancionado de participar de licitação e contratar com toda a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo de três a seis anos.
- (B) A declaração de inidoneidade tem alcance restrito ao órgão sancionador e prazo máximo de três anos.
- (C) A prescrição da pretensão punitiva relativa às infrações administrativas previstas na lei ocorre em dez anos, contados da prática do ato.
- (D) O impedimento de licitar e contratar alcança apenas o âmbito da Administração Pública Direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção, pelo prazo máximo de três anos.
- (E) As sanções de impedimento e de inidoneidade prescindem de prévio processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

QUESTÃO 39



Um detento sob custódia do Estado faleceu em estabelecimento prisional federal. A família decidiu ingressar no Poder Judiciário contra a União requerendo indenização, sob o fundamento de que há responsabilidade civil do Estado em caso de falecimento de preso.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, acerca das regras aplicáveis ao caso apresentado.

- (A) O Estado responde de forma objetiva, com base na teoria do risco integral, independentemente de nexo causal.
- (B) Em caso de inobservância de seu dever específico de proteção, o Estado é responsável pela morte do detento, exigindo-se o nexo de causalidade entre a omissão e o dano.
- (C) A responsabilidade estatal por omissão é sempre subjetiva, exigindo-se, então, a prova de dolo do agente público.
- (D) O Estado não responde por mortes ocorridas no interior de presídios, por se tratar de fato de terceiro.
- (E) A responsabilidade do Estado por morte de detento foi afastada pelo STF, em razão da ausência de previsão constitucional.

QUESTÃO 40



Em uma celebração de um negócio jurídico, uma das partes envolvidas, premida para custear a cirurgia que salvaria a vida do filho, alienou uma joia por preço vil. A parte compradora da joia sabia da situação, de modo inequívoco.

Com base nessa situação hipotética e na forma da legislação civil, é correto afirmar que esse defeito do negócio jurídico se denomina

- (A) erro substancial.
- (B) dolo acidental.
- (C) lesão.
- (D) simulação.
- (E) estado de perigo.

QUESTÃO 41



Um adulto capaz foi exposto, por conduta ilícita de terceiro, com o qual não mantinha relação contratual, a um agente nocivo à saúde. A enfermidade dela decorrente, contudo, só se manifestou e foi diagnosticada de forma inequívoca anos depois. Assim, uma vez ajuizada a ação de reparação, discutiu-se, então, o termo inicial do prazo prescricional.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- (A) O marco inicial da prescrição é a data da conduta ilícita, ou seja, quando ocorreu a exposição ao agente nocivo à saúde.
- (B) O prazo prescricional não se inicia enquanto a vítima não promover notificação extrajudicial do ofensor, que é a condição legal para o nascimento da pretensão.
- (C) A pretensão reparatória é imprescritível, por envolver lesão à integridade física da vítima.
- (D) O marco inicial da prescrição teve início na data da ciência inequívoca da enfermidade.
- (E) Enquanto não for diagnosticada a enfermidade, o prazo prescricional fluirá normalmente, mas permanecerá interrompido até que a vítima reúna prova pericial apta a demonstrar o nexo causal.

QUESTÃO 42



Acerca das modalidades das obrigações e da solidariedade, assinale a opção correta.

- (A) A solidariedade presume-se quando houver pluralidade de devedores na mesma obrigação.
- (B) Nas obrigações de dar coisa certa, o credor pode ser obrigado a receber coisa diversa, desde que mais valiosa.
- (C) Na obrigação alternativa, a escolha cabe sempre ao credor, salvo disposição em contrário.
- (D) A solidariedade resulta da lei ou da vontade das partes.
- (E) O pagamento parcial feito por um dos devedores solidários aproveita apenas a quem pagou.

QUESTÃO 43



A respeito das regras de modificação da competência, expressas no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) A abusividade da cláusula de eleição de foro só deve ser alegada em ação própria.
- (B) A competência em razão da matéria pode ser modificada por convenção das partes.
- (C) A eleição de foro em contrato é inadmissível.
- (D) O foro de eleição não admite controle, ainda que abusivo.
- (E) A eleição de foro deve aludir expressamente a determinado negócio jurídico e guardar pertinência: com o domicílio ou a residência de uma das partes; ou com o local da obrigação.

QUESTÃO 44



Um credor de quantia líquida ajuizou uma ação de cobrança e, no curso do processo, descobriu que o devedor, ciente da dívida, começou a transferir os seus imóveis a terceiros e a esvaziar suas contas, com risco concreto de tornar inócua a futura execução. O credor, assim, pretendia realizar providência que assegurasse o resultado prático do processo.

Com base nessa situação hipotética e à luz do Código de Processo Civil, é correto afirmar que a medida cabível será

- (A) tutela provisória de urgência cautelar incidental.
- (B) tutela de evidência.
- (C) inadmissível em caráter incidental.
- (D) tutela provisória de urgência antecipada incidental.
- (E) ação cautelar autônoma de sequestro.

QUESTÃO 45



Acerca do contrato individual de trabalho, assinale a opção correta.

- (A) Na interrupção do contrato de trabalho, cessam tanto a prestação de serviços quanto o pagamento de salários e a contagem do tempo de serviço.
- (B) A alteração do local de trabalho que exija mudança de domicílio prescinde, em regra, de anuência.
- (C) As férias anuais remuneradas configuram hipótese de suspensão do contrato de trabalho.
- (D) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por até 24h, quando tiver que comparecer a juízo.
- (E) Em caso de auxílio-enfermidade, o empregado é considerado em licença não remunerada, durante o prazo desse benefício.

QUESTÃO 46



No que diz respeito à organização da justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- (A) O Tribunal Superior do Trabalho (TST) compõe-se de 27 ministros, nomeados pelo presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (B) As varas da justiça do trabalho são vinculadas ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- (C) As varas da justiça do trabalho são órgãos colegiados compostos de juízes classistas.
- (D) Os tribunais regionais do trabalho são compostos exclusivamente de juízes de carreira, sendo vedada nomeação pelo quinto constitucional.
- (E) Os conflitos entre vara do trabalho e juiz de direito investido de jurisdição trabalhista são dirimidos pelo STJ.

QUESTÃO 47



Acerca dos recursos no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- (A) O prazo para a interposição dos recursos trabalhistas é definido pelo Código de Processo Civil.
- (B) Os recursos trabalhistas, em regra, são recebidos no efeito suspensivo.
- (C) O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para empregadores domésticos.
- (D) Não se admite recurso de revista para dissídios individuais.
- (E) O recurso ordinário é cabível imediatamente contra decisões interlocutórias proferidas pelas varas do trabalho.



ANOTAÇÕES

QUESTÃO 48



A Lei nº 14.230/2021 promoveu profunda reforma na Lei nº 8.429/1992, cujos efeitos foram delimitados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Com base nessa informação e considerando o regime jurídico da improbidade administrativa, assinale a opção correta, à luz da jurisprudência do STF.

- (A) As condutas que configuram ato de improbidade administrativa constituem rol exemplificativo.
- (B) A improbidade administrativa exige o dolo, entendido como a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.
- (C) Por determinação constitucional, a revogação da modalidade culposa retroage para desconstituir condenações já transitadas em julgado.
- (D) Os novos prazos prescricionais aplicam-se retroativamente aos fatos praticados antes da vigência da lei.
- (E) O Ministério Público é o único legitimado para a ação de improbidade, sendo vedada a atuação da pessoa jurídica interessada.

QUESTÃO 49



A Lei nº 9.784/1999 disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e assegura ao administrado o direito de recorrer das decisões. Com base nessa informação e na referida Lei, assinale a opção correta, acerca do regime dos recursos administrativos.

- (A) Interposto o recurso perante autoridade incompetente, não será ele conhecido, cabendo ao próprio recorrente identificar e provocar a autoridade competente dentro do prazo originário.
- (B) No julgamento do recurso, é vedado à Administração agravar a situação do recorrente, ainda que a este se oportunize manifestação prévia.
- (C) O recurso administrativo é recebido no efeito suspensivo.
- (D) A admissibilidade do recurso administrativo subordina-se, como regra, à prévia prestação de caução pelo recorrente.
- (E) O recurso é dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não o reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

QUESTÃO 50



O prefeito de um município, quatro meses antes do término de seu mandato, sancionou uma lei que concedia aumento remuneratório aos servidores do poder executivo municipal. Esse aumento, que não se caracterizou como revisão geral anual, resultou no aumento da despesa com pessoal, com elevação de seu percentual em relação à receita corrente líquida, mas sem atingir o limite prudencial.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- (A) Como a despesa não atingiu o limite prudencial, nenhuma vedação incide, sendo, assim, válido o aumento concedido.
- (B) O aumento seria nulo somente se a despesa houvesse superado o limite de 50% da receita corrente líquida aplicável aos municípios.
- (C) O aumento viola as regras da LRF e é nulo de pleno direito.
- (D) Bastará ao município eliminar eventual excedente nos dois quadrimestres seguintes, sem a nulidade do ato.
- (E) A nulidade alcançaria o ato apenas se este fosse expedido nos 90 dias anteriores ao término do mandato.



ANOTAÇÕES

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **60 linhas** e extensão máxima de **120 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Em uma fiscalização regular, agentes do Conselho Regional de Química da 5ª Região (CRQ-V), autarquia federal, constataram que a empresa Indústria de Produtos Químicos Ltda. – cuja atividade-fim é a fabricação de produtos químicos – funcionava sem responsável técnico habilitado e registrado.

Instaurado o processo administrativo, com notificação, abertura de prazo para defesa e decisão motivada, o CRQ-V aplicou multa e determinou a regularização.

Inconformada, a empresa ajuizou ação anulatória, sustentando a nulidade do processo administrativo por cerceamento de defesa e a ilegalidade da exigência de responsável técnico. O CRQ-V foi citado em 5 de junho de 2026 para responder.

Considerando a situação hipotética apresentada, na qualidade de advogado(a) do CRQ-V, elabore uma peça de defesa cabível, refutando os fundamentos da inicial, indicando seus requisitos e fundamentos.

Aborde toda a matéria de direito material e processual pertinente ao caso, dispense o relatório e não crie fatos novos.